

O mundo exterior e as perguntas cépticas

Olavo de Carvalho

Pode-se começar uma introdução à filosofia discutindo – para endossá-las, impugná-las ou relativizá-las -- as clássicas objeções cépticas à confiabilidade dos conhecimentos humanos. No mundo universitário de língua inglesa isso parece mesmo obrigatório. Como você sabe que existe um mundo fora da sua mente? Como você pode ter certeza de que suas sensações e estados mentais não vêm só de você mesmo? Como você pode estar seguro de que não é tudo uma gigantesca alucinação? Como pode, aliás, provar que você mesmo existia cinco minutos atrás e não acaba de brotar do nada, trazendo prontas todas as suas memórias e pensamentos?

Essas perguntas podem alimentar debates sem fim e adestrar o aluno na arte da argumentação. Podem também, segundo dizem as autoridades na matéria, desenvolver o senso crítico, no sentido de que, antes de tentar conhecer alguma coisa, é preciso avaliar criteriosamente o poder de conhecer, demarcando suas possibilidades e limites. É o que Kant chamava o *problema crítico* – no entender dele e de muitos outros filósofos, a condição primeira e indispensável de toda filosofia que não consinta em cair vítima da mais patética ingenuidade cognitiva.

A mim, no entanto, parece-me que há outros problemas mais básicos e fundamentais que devem ser tratados antes desse.

Desde logo, não posso tentar responder às perguntas do céptico se não as compreendi. O sentido de qualquer pergunta varia conforme a situação em que ela é formulada. Não é a mesma coisa perguntar “Que horas são?” se você está atrasado para o cinema ou se está na fila do pelotão de fuzilamento. Assim, não posso compreender as perguntas cépticas sem ter em vista a peculiar situação de discurso na qual elas chegaram a mim.

O que chama a atenção nelas, em primeiro lugar, é que apelam ao testemunho da minha consciência interior no mesmo instante em negam a validade desse testemunho. É o mesmo que intimar um sujeito a falar com a condição de que permaneça calado. Quando me convidam a provar a existência do mundo exterior, tomam-me como o ponto fixo indubitável – *cogito ergo sum* – encarregado de dar um fundamento de credibilidade ao mundo incerto e evanescente. Mas tão logo me movo nessa direção, alegam que minha própria existência, ou ao menos minha sanidade, é incerta e duvidosa, de nada valendo portanto quaisquer provas que eu ofereça do que quer que seja.

Se começo acreditando em algo sem provas, mas daí por diante provo cada uma das afirmações subseqüentes, posso no fim completar o círculo e provar, retroativamente, a validade da premissa inicial. É assim que a mente humana normalmente procede. Mas se desde logo proíbo todas as premissas e em seguida exijo que alguém me prove alguma coisa, é claro que estou trapaceando.

Em segundo lugar, as perguntas cépticas só podem ter chegado a mim por duas vias: ou apareceram na minha mente de maneira espontânea, ou as ouvi de uma fonte externa.

Na primeira hipótese, tenho de continuar vivendo enquanto lido com essas perguntas. Aceito portanto, como Descartes, algumas crenças práticas provisórias e sigo em frente. Ora, se as crenças funcionam na prática ao mesmo tempo que não consigo de maneira alguma provar que têm algum fundamento, tudo leva a desconfiar que, se há algo de errado, talvez não seja com as crenças e sim com a minha capacidade de provar. No mínimo, meu poder de agir com base nas minhas crenças antecede de muitos anos a minha habilidade de prová-las, que acaba de ser convocada pela primeira vez. No entanto, no tribunal céptico é a capacidade mais recente e mais fraca que é chamada a julgar a outra, mais velha e desenvolvida. O homem acossado por essa cobrança está precisamente naquela situação aludida por Sócrates, de um médico acusado perante um tribunal de crianças presidido por um doceiro. O mais elementar bom-senso recomenda que a inteligência se recuse a prosseguir nessa via e inverta o jogo, questionando, em vez das suas crenças usuais, a capacidade de provar. Quem disse que um conhecimento é duvidoso só porque

não podemos prová-lo? E se a nossa capacidade de conhecer for maior que a de provar? Examinarei este ponto mais adiante.

Se, no entanto, recebi as perguntas cépticas de fonte externa, digamos um livro ou um professor, não faz sentido tentar respondê-las sem antes testar as perguntas mesmas. O homem que me pede que eu prove a existência do mundo exterior quer que eu prove, junto com ela, a sua própria existência, que, ao menos para fins de exercício lógico, ele se recusa a admitir. Ele pretende, portanto, que não só a pergunta mas também ele próprio sejam produtos da minha mente e só existam dentro dela. Se, nessas condições, chego a provar a existência de um mundo exterior distinto da minha mente, nem por isso estará provado que esse mundo exista para alguém mais além de mim mesmo. Na linha da argumentação céptica, ninguém pode provar que não é o habitante solitário de um mundo físico real povoado, no mais, tão-somente de seres imaginários como o distinto professor que fez a pergunta. Estou então no direito de perguntar, em resposta, qual dos dois mundos ele deseja que eu prove: aquele no qual só eu existo ou aquele no qual ele existe também. No primeiro caso, não tenho nem como apresentar alguma prova que seja persuasiva para alguém mais além de mim mesmo; no segundo, não posso alegar como prova da existência do professor o fato de que ele fez a pergunta, de modo que me vejo, de novo, ante duas perguntas em vez de uma: ele quer que eu prove a existência de alguém real que me fez uma pergunta ou a existência de um ser imaginário que, de dentro da minha própria cabeça, me lançou uma pergunta fingindo que o fazia de fora?

Esse é o problema com todas as perguntas cépticas: nenhuma delas tem sentido unívoco, cada uma se abre numa multiplicidade de perguntas derivadas, adiando indefinidamente a iniciativa da resposta.

Por exemplo: Como posso saber que eu mesmo existia cinco minutos atrás e não surgiu pronto de repente? Esta pergunta tem obviamente sentido duplo: Devo provar que passei a existir no instante em que a ouvia, ou que acabo de nascer agora mesmo, sem ter tido tempo de ouvir pergunta nenhuma, estando portanto obrigado a responder sem ter sido perguntado?

De nada adianta, no caso, supor que ninguém de fora me fez a pergunta, que ela surgiu de dentro de mim mesmo. Se nasci junto com ela, está automaticamente provado que existo no tempo. Se nasci uma fração de segundo depois, não sei de pergunta nenhuma.

As perguntas cépticas são, a rigor, incompreensíveis. Mas só percebemos isso quando as recolocamos numa situação de discurso real e concreta, seja na confrontação entre dois interlocutores, seja na interioridade do interrogante solitário. Quando as tomamos no ar, abstrata e isoladamente, parecem não só perguntas razoáveis como desafios irrespondíveis.

Eis aí um exemplo da diferença entre a filosofia e arte dos argumentos e provas. Esta pode se incorporar à filosofia como um dos seus elementos auxiliares, mas praticamente não há conhecimento do qual não se possa dizer o mesmo; e nem ela nem qualquer desses conhecimentos pode assumir o lugar dela ou pretender governá-la segundo seus próprios critérios especiais.

A filosofia não se distingue das ciências, das artes, da religião ou mesmo da cosmovisão popular pelo seu objeto ou assunto, que tem com o de cada uma dessas áreas do conhecimento muitas zonas de intersecção; mas distingue-se de todas pelas fins com que aborda esse objeto, ou, como diriam os escolásticos, pelo seu objeto formal terminativo. Isso quer dizer que a filosofia é uma atividade cognitiva específica e irreduzível.

A filosofia é a unidade do conhecimento na unidade da consciência e vice-versa. Dito de outro modo, é a responsabilidade cognitiva individual tomada no seu sentido mais abrangente e mais rigoroso.

Não existe nenhum filósofo a cuja atividade e obra essa definição não se aplique da maneira mais literal e estrita. E nenhuma outra atividade intelectual humana, fora da filosofia, que se dedique especificamente à finalidade que a define.

A filosofia não é portanto uma ciência, mas uma técnica. Seus procedimentos, por mais

variados que pareçam ao longo da História, podem ser reduzidos a umas quantas regras que foram seguidas invariavelmente por todos os filósofos, sem exceção, embora variem na importância relativa que concedem a cada uma delas em especial.

Já expus essas regras em *A Filosofia e Seu Inverso*.

Uma técnica é um conjunto de procedimentos heterogêneos unificados tão-somente em vista da produção de um fim.

O fim a que se destina cada filosofia é unificar numa visão maximamente coerente a totalidade dos conhecimentos acessíveis ao filósofo, reformando na escala dessa visão a sua personalidade e a sua orientação no mundo.

Nas épocas em que ainda era possível um indivíduo abarcar a quase totalidade dos conhecimentos disponíveis na sua cultura, a filosofia tomou a forma dos sistemas explicativos abrangentes, como os de Descartes ou Spinoza, mas isso deve ser considerado um episódio limitado e não uma característica essencial e permanente da filosofia.

[Continua]